

Editorial # 5

Comitê Editorial

Grande parte da problemática contemporânea do campo da Segurança Pública, no Brasil e no mundo, passa pelo estabelecimento (ou não), nas sociedades, nas comunidades, nas coletividades, de valores cívicos mínimos estruturantes que possam balizar tanto as condutas individuais e coletivas, quanto as práticas policiais e de controle social. Em que medida as futuras gerações estão (ou não) sendo formadas como sujeitos históricos competentes e críticos para vivenciar a cidadania em face de avanços tecnológicos reconfiguradores da experiência humana? Como isso se dará em associação com o contínuo processo de construção da experiência democrática brasileira em meio a conflitos novos, antigos, e às ditas “polarizações”? Qual a relação desta problemática com o campo acadêmico de estudos da Segurança Pública?

Partindo de uma perspectiva antropológica, pesquisadores vinculados ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), da Universidade Federal Fluminense (UFF), têm investido sistematicamente na produção de etnografias realizadas em escolas da rede pública, buscando aí uma melhor compreensão dos conflitos que ocorrem nestes espaços. A propósito, no corrente ano, de 2024, pesquisadores do INCT-InEAC realizam a terceira edição da Feira de Ciências Simoni Lahud Guedes, cujo principal resultado até o momento é uma lista com 36 episódios do Podcast *Conflitos e Diálogos: Pesquisas Escolares*, um interessante inventário dos conflitos escolares da contemporaneidade, realizado por meio da concepção, montagem e divulgação dos episódios pelos próprios professores e estudantes da rede pública. Para ver a lista completa dos episódios e, eventualmente, ouvi-los: <<https://open.spotify.com/show/14Uf9Rr1SYOktOGnHBwKu>>

Em contextos como o Rio de Janeiro e sua região metropolitana, a maior parte daqueles que nas décadas seguintes comporão os diferenciados mercados de trabalho (formais ou informais), os profissionais liberais, os empreendedores ou trabalhadores tidos como precarizados, os que farão prova para entrar para os quadros da Polícia, aqueles que votarão, serão votados, proporão projetos e reformas, e até mesmo os que

comporão aquilo que se chama “massa carcerária”, terão sido escolarizados, em grande medida, no contexto das redes públicas de ensino (municipais e estaduais, principalmente).

Isso não nos leva a tomar como pressuposto que a socialização escolar é destinada a dar conta, por si só – com suas práticas de ensino, sejam estas antigas ou inovadoras – da formatação cultural dos futuros cidadãos, socialmente solidários, competentes nos mercados de trabalho, e claramente conscientes de seus direitos e deveres (esta abstração). Como a sociologia vem ensinando há muito tempo, nas ditas “sociedades modernas”, as formas de socialização, como a primária (do meio familiar), ou as secundárias (escola, grupo de pares, posteriormente, trabalho), atuam em complementaridade, até o fim da vida individual, ajudando a explicar escolhas, visões de mundo e posicionamentos dos diferentes atores que compartilham os diversificados espaços sociais.

E o que esta forma predominante de escolarização pode nos dizer sobre o aprendizado de valores cívicos na sociedade brasileira? Dirigindo o olhar etnográfico para as formas a partir das quais os conflitos são (ou não) devidamente administrados nos contextos escolares locais contemporâneos, poderíamos compreender as pedagogias que estão sendo ensinados aos jovens, futuros cidadãos? Tal compreensão pode se configurar como subsídio para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e tecnologias sociais de segurança pública em um futuro próximo? Esta quinta edição da Revista *Campo Minado: estudos acadêmicos em Segurança Pública* chega aos leitores bastante influenciada por perguntas como estas.

Daí decorre o dossiê aqui apresentado, não sem razão, com o título de “*Conflitos escolares e o aprendizado dos valores cívicos na sociedade brasileira*”. Para saber com mais detalhe sobre os artigos que o compõem, convidamos as leitoras e os leitores a ler a apresentação do mesmo na seção correspondente, também preparada por este Corpo Editorial.

Gostaríamos também de chamar atenção para a entrevista da presente edição, com a antropóloga Ana Paula Mendes de Miranda, professora do departamento de

Antropologia da Universidade Federal Fluminense e vasta experiência em pesquisa e administração pública no campo das políticas de segurança. Recentemente, foi agraciada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) com o *Prêmio Marielle Franco*, em reconhecimento à sua produção acadêmica. Além disso, temos a alegria de republicar uma importante contribuição da professora para o campo das Ciências Sociais, publicado em 2001 na *Revista Comum*, intitulado “*Segredos e Mentiras, Confidências e Confissões: reflexões sobre a representação do antropólogo como inquisidor*”.

Na seção dedicada à publicação de monografias do Bacharelado em Segurança Pública da UFF, temos dois textos na presente edição. No primeiro, vinculado a este olhar para as instituições escolares e seu funcionamento, que estrutura o já mencionado dossiê, Nínive Condeixa Gomes, bacharela em Segurança Pública, apresenta o TCC intitulado “*Quando a piada não tem graça: a prática do bullying no ambiente escolar*”. A segunda monografia, de autoria de João Vitor Abreu, tem o olhar voltado, não para processos aparentemente formativos como os que ocorrem nas instituições escolares, e sim para processos aparentemente punitivos, para o estudo das instituições penais, sob o título de “*Uma luz no fim do túnel’: uma pesquisa sobre o cumprimento da pena no método APAC de gestão carcerária*”.

Por fim, convidamos os leitores e as leitoras a conhecerem nosso Sumário, e muito boa leitura!